

Aprova o Plano de Auditoria de Longo Prazo da Secretaria de Auditoria Interna do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região para o quadriênio 2022-2025.

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 309, de 11 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 282, de 26 de fevereiro de 2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Fica aprovado, na forma do documento anexo desta Portaria, o Plano de Auditoria de Longo Prazo-PALP da Secretaria de Auditoria Interna para o quadriênio 2022-2025.

**Parágrafo único.** As áreas contempladas neste PALP possuem título diretivo e devem ser detalhadas por ocasião da elaboração do Plano Anual de Auditoria.

**Art. 5º.** Publique-se no Boletim Interno, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e na página do Tribunal na internet.

**Art. 6º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 14 de dezembro de 2021.

(Firmado por Assinatura Eletrônica (Lei nº 11.419/2006))

**André Luís Moraes de Oliveira**

Desembargador Presidente

# Plano de Auditoria de Longo Prazo

2022 a 2025



**PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO**  
**QUADRIÊNIO 2022 - 2025**

**Secretaria de Auditoria Interna**

Selzo Moreira Fernandes (Secretário)  
Edna Maria Massulo  
João Carlos Valente  
Edmilson Muniz de Oliveira  
Pamela Jordana de Menezes

Campo Grande, dezembro de 2021

## Sumário

|                                                                               |           |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>                                                    | <b>3</b>  |
| <b>2. OBJETIVO .....</b>                                                      | <b>4</b>  |
| <b>3. FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PALP.....</b>                     | <b>4</b>  |
| <b>3.1 ATRIBUIÇÕES DE CARÁTER OBRIGATÓRIO.....</b>                            | <b>4</b>  |
| <b>3.2 AUDITORIA NAS CONTAS ANUAIS .....</b>                                  | <b>5</b>  |
| <b>3.3 AÇÕES COORDENADAS DE AUDITORIA.....</b>                                | <b>6</b>  |
| <b>3.4 FORÇA DE TRABALHO .....</b>                                            | <b>6</b>  |
| <b>3.5 DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS.....</b>                               | <b>7</b>  |
| <b>3.6 ASSOCIAÇÃO ENTRE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OBJETOS AUDITÁVEIS .....</b> | <b>8</b>  |
| <b>3.7 CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE OBJETOS AUDITÁVEIS .....</b>                    | <b>9</b>  |
| <b>4. RISCOS ENVOLVIDOS .....</b>                                             | <b>10</b> |
| <b>5. ÁREAS E TEMAS AUDITÁVEIS.....</b>                                       | <b>12</b> |
| <b>ANEXO I – ÁREAS E TEMAS AUDITÁVEIS.....</b>                                | <b>13</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O planejamento garante uma abordagem sistemática das atividades de auditoria interna e requer conhecimento e competência em uma ampla gama de áreas, tais como avaliação de risco e controles internos.<sup>1</sup>

Adotando tais premissas o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu, por meio da Resolução nº 309, de 11 de março de 2020, a obrigatoriedade de elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), quadrienal, e do Plano Anual de Auditoria (PAA) como instrumentos de planejamento das atividades de auditoria interna no âmbito do Poder Judiciário.

Nos termos da referida resolução, o PALP tem como objetivo definir, orientar e planejar as ações de auditoria a serem desenvolvidas pelas unidades de auditoria interna de cada tribunal ou conselho e deverão conter, no mínimo, as áreas ou temas auditáveis em sentido amplo e os objetivos das avaliações de cada área ou tema.

Nesse sentido, o PALP busca definir uma estratégia com objetivo de concentrar recursos e esforços em atividades de auditoria que agreguem valor à organização, na medida em que dimensiona a realização dos trabalhos durante o quadriênio de referência, indicando quais objetos de auditoria são mais relevantes de acordo com os critérios estabelecidos pelo CNJ.

O presente Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) estabelece as diretrizes gerais e os critérios a serem observados durante o quadriênio 2022-2025, por ocasião da elaboração dos Planos Anuais de Auditoria (PAA). Desta forma, enumera as ações a serem empreendidas nos próximos quatro anos de acordo com o grau de priorização atribuído a cada objeto a ser auditado.

Ressalte-se que, dadas as constantes mudanças de cenário interno e externo e o impacto sobre as variáveis consideradas neste plano, o seu conteúdo possui caráter amplo e diretivo, razão pela qual poderá ser adaptado de acordo com necessidades futuras visando garantir aderência aos temas prioritários, mediante revisão anual de seus termos.

---

<sup>1</sup> IA CoP. Internal Audit Community of Practice. *Risk Assessment in Audit Planning: A guide for auditors on how best to assess risks when planning audit work*, 2014. Disponível em [https://www.pempal.org/sites/pempal/files/event/attachments/cross\\_day-2\\_4\\_pempal-iacop-risk-assessment-in-audit-planning\\_eng.pdf](https://www.pempal.org/sites/pempal/files/event/attachments/cross_day-2_4_pempal-iacop-risk-assessment-in-audit-planning_eng.pdf)

## 2. OBJETIVO

O objetivo deste Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) é estabelecer diretrizes para a atuação da Secretaria de Auditoria Interna (SAUDI) durante o período de 2022 a 2025, buscando alinhar as suas ações de forma a contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT 24ª Região).

## 3. FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PALP

### 3.1 Atribuições de caráter obrigatório

Além de sua função precípua estabelecida no art. 74 da Constituição Federal, esta Secretaria possui atribuições de caráter obrigatório, firmadas por instrumentos legais diversos, que devem ser consideradas no presente planejamento e nos planejamentos anuais.

Relaciona-se a seguir tais atribuições e o respectivo dispositivo legal:

**Quadro 1: Atribuições de caráter obrigatório**

| Atividades                                                                                                                                                                                   | Dispositivo Legal                                         |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|
| Revisar e assinar o Relatório de Gestão Fiscal                                                                                                                                               | Parágrafo único do art. 54 da Lei nº 101/2000 – LRF       |
| Emitir parecer quanto à legalidade em processos de aposentadoria, pensão e suas alterações, e ainda quanto a atos de admissão                                                                | Instrução Normativa TCU nº 78/2018                        |
| Acompanhar e controlar as diligências, as decisões e acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU no que concerne à gestão do TRT 24ª Região                                                | Inciso IV do art. 49 da Lei nº 8.443/1992                 |
| Emitir relatório e certificado de auditoria com parecer sobre o processo de prestação de contas dos dirigentes e ordenadores de despesa e demais responsáveis do TRT 24ª Região              | Arts. 9º, inciso III e 50, inciso II da Lei nº 8.443/1992 |
| Auditar as ações e projetos com recursos do programa “Trabalho Seguro” e “Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem”                                             | Art. 7º do Ato Conjunto TST/CSJT nº 18/2016               |
| Verificar o cumprimento dos requisitos para a divulgação de dados e informações relativas às contas públicas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, por meio da rede mundial de computadores | Art. 20 do Ato N.º 8/2009 – CSJT.GP.SE                    |

|                                                                                                                                      |                                                                                            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| Apresentar ao Tribunal Pleno o Relatório Anual de Atividades da SAUDI, como reporte da sua atuação durante o último exercício        | Art. 5º da Resolução CNJ nº 308/2020                                                       |
| Atuar em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho nas Ações Coordenadas de Auditoria | Art. 14, II e III da Resolução CNJ nº 308/2020 e art. 37, VII da Resolução CNJ nº 309/2020 |

### 3.2 Auditoria nas contas anuais

A partir do presente exercício, por meio da Instrução Normativa TCU nº 84, de 22/04/2020, o Tribunal de Contas da União reformulou o processo de prestação de contas anuais, estabelecendo novos procedimentos para a apresentação e divulgação de informações sobre os resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial dos órgãos da administração pública. Nesse sentido, tais informações deverão ser publicadas no sítio oficial deste Tribunal, em seção específica com chamada na página inicial sob o título “Transparência e prestação de contas”, na forma, conteúdo e prazos estabelecidos em regulamento.

Da mesma forma, a auditoria contábil e financeira passou a ser exigida das unidades jurisdicionadas como requisito para a emissão do certificado de auditoria.

Diante das novas atribuições, a SAUDI passou a ser responsável, anualmente, por:

- 1) avaliar o cumprimento da obrigação de prestar contas, por meio da verificação da regularidade na divulgação das informações exigidas pela Instrução Normativa TCU nº 84/2020, bem como na publicação das demonstrações contábeis e do relatório de gestão, após o encerramento do exercício financeiro;
- 2) avaliar se as demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicável e estão livres de distorções relevantes causadas por fraude ou erro; e
- 3) avaliar se as transações subjacentes às demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias e os atos de gestão relevantes dos responsáveis estão em conformidade com as leis e os regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

Os conteúdos de referência para a definição do escopo da auditoria nas contas são definidos anualmente após aplicação de metodologia estabelecida pelo Tribunal de Contas da União e são considerados neste plano para a definição de objetos de auditoria a serem priorizados.

Ressalte-se que, diante das lacunas de capacidades em termos de pessoas, competências, habilidades e tecnologia para realizar a auditoria de contas com assecuração razoável, o Tribunal de Contas da União estabeleceu o exercício de 2026 como marco temporal para a implementação plena dessa nova auditoria, razão pela qual determinou, ainda, que as

unidades jurisdicionadas formulassem plano de ação indicando medidas para a aquisição plena de capacidades que permitam a realização das próximas auditorias nas contas com asseguarção razoável e de acordo com as boas práticas de auditoria.

### 3.3 Ações coordenadas de auditoria

O art. 14, II e III da Resolução CNJ nº 308/2020 e o art. 37, VII da Resolução CNJ nº 309/2020 prevêem a realização de Ações Coordenadas de Auditoria, sob o comando daquele Conselho, tendo por objetivo “a avaliação concomitante, tempestiva e padronizada sobre questões de relevância e criticidade para o Poder Judiciário, bem como o atendimento aos princípios de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade”.

Nesse sentido, este plano também contempla as ações coordenadas de Auditoria comunicadas pelo CNJ, abaixo relacionadas:

**Quadro 3: Ações coordenadas de auditoria sob comando do CNJ**

| Período            | Ações Coordenadas de Auditoria previstas                            |
|--------------------|---------------------------------------------------------------------|
| Abril a junho/2022 | Auditoria de conformidade da Plataforma Digital do Poder Judiciário |

Da mesma forma, as ações coordenadas de auditoria sob o comando do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) previstas para os próximos anos e já comunicadas a este Tribunal também estão contempladas neste plano, conforme segue:

**Quadro 4: Ações coordenadas de auditoria sob comando do CSJT**

| Período                     | Ações Coordenadas de Auditoria previstas                                                         |
|-----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Fevereiro a novembro / 2022 | Avaliação da gestão de segurança da informação no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus |

### 3.4 Força de trabalho

Fator determinante para o dimensionamento e distribuição das ações de auditoria, a força de trabalho lotada atualmente na Secretaria de Auditoria Interna tem a seguinte composição:

**Quadro 5: Força de trabalho**

| SERVIDOR                 | CARGO/FUNÇÃO             | FORMAÇÃO TÉCNICA               | ÁREA DE ATUAÇÃO                                                                                            |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Selzo Moreira Fernandes  | Secretário               | Bacharel em Ciências Contábeis | Gestor da unidade                                                                                          |
| Edna Maria Massulo Elias | Assistente de Secretário | Bacharel em Ciências Contábeis | Assessoramento técnico<br>Licitações e contratos<br>Gestão do Patrimônio<br>Orçamento, finanças e contábil |
| João Carlos Valente      | Chefe de Núcleo          | Bacharel em Direito            | Assessoramento técnico<br>Licitações e contratos<br>Gestão do Patrimônio                                   |

|                            |                                 |                                                   |                                                                                  |
|----------------------------|---------------------------------|---------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
|                            |                                 |                                                   | Orçamento, finanças e contábil<br>Gestão de pessoal<br>Gestão de TIC             |
| Edmilson Muniz de Oliveira | Auditor II                      | Bacharel em Ciências Contábeis e em Administração | Licitações e contratos<br>Gestão do Patrimônio<br>Orçamento, finanças e contábil |
| Pamela Jordana de Menezes  | Analista Judiciário - Contadora | Bacharel em Ciências Contábeis                    | Licitações e contratos<br>Gestão do Patrimônio<br>Orçamento, finanças e contábil |

Apesar da capacidade técnica da equipe e da lotação de uma nova servidora na SAUDI a partir de novembro/2021, verifica-se na atual composição da força de trabalho a carência de profissional especializado em tecnologia da informação e em obras de engenharia para fazer face às diversas atribuições nessas áreas.

### 3.5 Desenvolvimento de competências

As necessidades de treinamento para a equipe da SAUDI são programadas por meio do Plano Anual de Capacitação (PAC-Aud), em atendimento à determinação contida nos arts. 69 a 73 da Resolução CNJ nº 309, de 11 de março de 2020.

Tal plano evidencia as habilidades e conhecimentos necessários para o exercício das atribuições inerentes aos auditores, considerando a programação de auditorias a serem realizadas no ano de referência e o alinhamento ao plano estratégico do Tribunal.

Desta forma, aos temas relacionados à atividade fim do Tribunal, tais como gestão de pessoas, licitações e contratos, tecnologia da informação, gestão orçamentária, contábil e financeira, dentre outros, somam-se as habilidades técnicas especializadas exigidas para a função de auditoria, a exemplo de técnicas e princípios de auditoria interna, controles internos e gestão de riscos.

Ressalte-se que, por meio da Resolução Administrativa nº 151/2020, foi aprovado o Plano de Gestão Bienal deste Tribunal, no qual está previsto para o exercício de 2022 a elaboração do Plano de Capacitação vinculado ao Programa de Gestão por Competência, desenvolvido em cumprimento ao acórdão TCU nº 3023/2013-P.

Trata-se de metodologia composta por quatro fases:

- 1) Mapeamento das competências técnicas e comportamentais: levantamento das competências de cada servidor da organização, necessárias ao desenvolvimento das atividades, de modo a viabilizar o alcance dos objetivos institucionais;
- 2) Avaliação das competências técnicas e comportamentais: compilação de evidências de desempenho e conhecimentos de um indivíduo em relação a competências profissionais requeridas;

- 3) Criação dos Planos de Desenvolvimento Individual (PDI's): demonstra os pontos a serem desenvolvidos e as ações sugeridas para aquele item, que podem ser treinamentos abertos no mercado, em escolas ou na própria instituição;
- 4) Criação do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG): somatória das ações formais obtidas dos diversos planos de desenvolvimento individuais.

A SAUDI tem adotado a metodologia de gestão por competências na elaboração do Plano Anual de Capacitação (PAC-Aud), alinhado ao plano estratégico e, ao mesmo tempo, direcionado às necessidades instrucionais prioritárias ao desenvolvimento das competências técnicas e gerenciais necessárias à formação do auditor.

### 3.6 Associação entre objetivos estratégicos e objetos auditáveis

O rol de processos auditáveis (universo de auditoria) foi obtido a partir do desdobramento dos macroprocessos da cadeia de valor do TRT 24ª Região, estabelecida por meio de seu Plano Estratégico para o período 2021-2026:

**Quadro 6: Macroprocessos da cadeia de valor**

| Classificação | Macroprocessos                  |
|---------------|---------------------------------|
| Governança    | Estratégia                      |
|               | Controle                        |
|               | Correição                       |
| Judiciário    | Prestação Jurisdicional 1º Grau |
|               | Prestação Jurisdicional 2º Grau |
| Apoio         | Comunicação                     |
|               | Apoio Judiciário                |
|               | Tecnologia da Informação        |
|               | Gestão de Pessoas               |
|               | Orçamento                       |
|               | Bens e Serviços                 |

Desta forma, ao efetuar avaliações de eficácia e eficiência e, como consequência, propor a melhoria dos processos de trabalho organizacionais, a SAUDI contribuirá efetivamente para o incremento dos índices de medição do desempenho do Tribunal, especialmente da área administrativa.

O quadro a seguir mostra a relação entre os processos de trabalho avaliados pela SAUDI e os objetivos estratégicos diretamente impactados pelas ações de auditoria:

**Quadro 7: Objetivos estratégicos impactados**

| OBJETIVO ESTRATÉGICO                                   | MACROPROCESSOS | PROCESSOS RELACIONADOS                                                                                                                                                             |
|--------------------------------------------------------|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais | Comunicação    | <ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicação com a sociedade.</li> </ul>                                                                                                     |
| Promover o trabalho decente e a sustentabilidade       | Estratégia     | <ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão da sustentabilidade e acessibilidade;</li> <li>Ações e projetos com recursos do programa "Trabalho Seguro" e "Programa de</li> </ul> |

|                                                                                              |                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                              |                                                                | Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem”.                                                                                                                                                                                                                         |
| Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica                                               | Estratégia<br>Controle<br>Gestão de Pessoas<br>Bens e Serviços | <ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão da estratégia institucional;</li> <li>Governança, gestão de riscos e controle interno;</li> <li>Todos os processos relacionados à gestão de pessoas;</li> <li>Todos os processos relacionados à gestão de bens e serviços.</li> </ul> |
| Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados            | Comunicação<br>Controle                                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>Comunicação com a sociedade;</li> <li>Comunicação interna;</li> <li>Governança, gestão de riscos e controle interno.</li> </ul>                                                                                                              |
| Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira                                               | Orçamento                                                      | <ul style="list-style-type: none"> <li>Administração orçamentária e financeira e gestão contábil.</li> </ul>                                                                                                                                                                        |
| Incrementar modelo de gestão de pessoas                                                      | Gestão de Pessoas                                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>Todos os processos relacionados à gestão de pessoas.</li> </ul>                                                                                                                                                                              |
| Aprimorar a Governança de Tecnologia da informação e comunicação - TIC e a proteção de dados | Tecnologia da informação                                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>Todos os processos relacionados à gestão da tecnologia da informação.</li> </ul>                                                                                                                                                             |

Ressalte-se que os processos finalísticos do Tribunal, enquanto dependentes dos processos de apoio, também se beneficiam indiretamente com a melhoria no desempenho destes últimos.

### 3.7 Critério de seleção de objetos auditáveis

Para a definição das ações de auditoria que integram o presente plano foram considerados os objetivos estratégicos do Tribunal e os principais processos e riscos associados, nos termos do art. 34 da Resolução CNJ nº 309/2020.

Os riscos associados foram distribuídos segundo critérios de materialidade, relevância e criticidade. Para tanto, foi utilizada a Metodologia para Elaboração do Plano Anual de Auditoria do TRT 24ª Região, aprovada por meio da Portaria TRT/GP Nº 7, de 16/09/2016 (DEJT de 21/09/2016, Cad. Adm., TRT 24ª Região, p.4), na qual as referidas variáveis foram associadas em uma matriz de risco composta por sete fatores de risco, assim distribuídos:

**Quadro 8: Variáveis consideradas**

| Critério      | Fatores de Risco                                |
|---------------|-------------------------------------------------|
| Materialidade | Relevância Financeira                           |
|               | Variação Orçamentária/Financeira                |
| Relevância    | Danos à Imagem do TRT                           |
|               | Interesse da Gestão                             |
| Criticidade   | Lapso entre auditorias                          |
|               | Recomendações/determinações do Controle Externo |
|               | Interesse da Auditoria Interna                  |

A Relevância Financeira é caracterizada pela atribuição de valor financeiro aos diversos processos de trabalho que compõem a cadeia de valor deste Tribunal, mediante a alocação dos recursos constantes na proposta orçamentária para o exercício de 2022.

Além dos valores da proposta orçamentária, na composição da materialidade foram utilizadas as importâncias consignadas no balanço patrimonial do TRT em 31/10/2021, correspondentes aos bens em circulação e ativo permanente, representados pelas contas contábeis “Estoques”, “Bens móveis”, “Bens imóveis” e “Softwares”.

Alguns processos de trabalho não tiveram atribuída a sua relevância financeira, uma vez que na proposta orçamentária não houve destinação específica para esses processos ou para o setor responsável pela sua execução. Embora essenciais para o funcionamento da Administração Geral, tais processos, a princípio, não possuem um valor financeiro.

A Variação orçamentária/financeira é utilizada para medir a variação entre a proposta orçamentária para o exercício de 2022 e a dotação orçamentária atualizada do ano de 2021. Quanto maior a variação positiva, maior o risco do objeto.

O risco à imagem do TRT caracteriza-se pela preocupação da alta administração no tocante à divulgação na mídia ou redes sociais de eventos negativos relacionados a processos específicos ou objetos auditáveis. Nesse sentido, a avaliação sobre quais processos têm potencial para afetar a imagem da instituição é feita por meio de pesquisa ao Presidente do Tribunal.

Da mesma forma é medido o interesse da gestão em determinado objeto de auditoria. Algumas situações de risco podem ser identificadas pelos gestores e, assim, podem contribuir na escolha de objetos auditáveis que representem maior risco para a entidade.

O lapso entre auditorias avalia o tempo desde a última auditoria sobre o objeto. Quanto maior o intervalo entre as auditorias, maior o risco do objeto.

As recomendações/determinações do controle externo são representadas por recomendações e determinações oriundas do Tribunal de Contas da União, do Conselho Nacional de Justiça ou do Conselho Superior da Justiça do Trabalho durante o exercício de 2021.

A experiência dos auditores internos também é um importante componente na identificação dos objetos auditáveis com maior risco para a entidade. Nesse sentido, o grau de interesse da SAUDI é medido por meio de pesquisa aos auditores internos acerca das atividades que demandam maior atenção da Administração no processo de gestão de riscos.

Tal metodologia baseia-se na avaliação objetiva de fatores de risco que, analisados conjuntamente, fornecerão os objetos de auditoria a serem priorizados nos próximos exercícios.

#### **4. RISCOS ENVOLVIDOS**

O alcance dos objetivos estabelecidos neste PALP está vinculado à manutenção das condições nele previstas durante os próximos quatro anos. Nesse sentido, o levantamento e avaliação de eventos de risco que podem impactar o atingimento dos objetivos deste PALP, assim como um plano para o seu tratamento são apresentados a seguir:

**Quadro 9: Riscos envolvidos**

| EVENTO DE RISCO                                                                                                                                                                                                       | PROBABI-<br>LIDADE | IMPACTO | SUGESTÕES DE TRATAMENTO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Devido à iminência de aposentadoria ou realocação de servidores pode haver redução da força de trabalho da SAUDI                                                                                                      | Alta               | Alto    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reposição de servidores;</li> <li>• Redistribuição das competências;</li> <li>• Novo dimensionamento dos trabalhos e adequação do cronograma.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Devido à restrição orçamentária pode haver comprometimento na execução do plano anual de capacitação                                                                                                                  | Média              | Média   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitações auto instrucionais;</li> <li>• Troca de informações com as demais unidades de auditoria interna;</li> <li>• Adiamiento de auditorias.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| Processos de trabalho não formalizados e inexistência de política de gestão de riscos podem tornar o processo de auditoria muito demorado, impactando no cronograma fixado                                            | Alta               | Alto    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação em gestão de processos e gestão de riscos;</li> <li>• Mapeamento dos processos e levantamento dos riscos;</li> <li>• Implantação do processo de gerenciamento de riscos no Tribunal.</li> </ul> <p>OBS.: com a adoção da metodologia de Auditoria Baseada em Riscos (ABR) as atividades de mapeamento de processos e levantamento e avaliação dos riscos envolvidos no processo auditado passaram a integrar a fase de planejamento das auditorias.</p>                                                                                     |
| Devido a excesso de atividades nas unidades auditadas ou ausência de monitoramento das providências adotadas pode haver demora no atendimento das determinações do Presidente oriundas das recomendações de auditoria | Alta               | Médio   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adequação do processo de auditoria para facilitar e incentivar a área envolvida a elaborar o plano de ação antes da emissão do relatório final;</li> <li>• Auxílio à área envolvida na elaboração do plano de ação para adoção de providências;</li> <li>• Compartilhamento do mapeamento dos processos e rol de riscos associados com a área envolvida;</li> <li>• Elaboração de ferramentas de controle interno pela SAUDI;</li> <li>• Reconhecimento da assunção dos riscos após determinado período de tempo sem adoção de providências.</li> </ul> |
| Devido à ausência de um plano estratégico da SAUDI pode haver o desenvolvimento de ações que não agreguem valor ou não contribuam para o alcance dos objetivos institucionais                                         | Alta               | Médio   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituir o painel de contribuição da SAUDI como forma de desdobramento da estratégia organizacional.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Devido à redução da força de trabalho da SAUDI ou à ausência de auditores especializados em tecnologia da                                                                                                             | Alta               | Alto    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lotação de servidores especializados em tecnologia da informação e em engenharia civil na SAUDI;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

|                                                                                                                                                      |      |       |                                                                                                                                                                                            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| informação e em engenharia civil pode haver a emissão de opinião nas auditorias em desacordo com as normas e princípios aplicáveis                   |      |       | <ul style="list-style-type: none"> <li>Treinamento de servidores da SAUDI nas áreas de auditoria em tecnologia da informação e em obras.</li> </ul>                                        |
| A ausência de ferramenta informatizada para gestão de auditorias pode tornar o processo de auditoria muito demorado, impactando no cronograma fixado | Alta | Média | <ul style="list-style-type: none"> <li>Aquisição por meio de convênio de ferramenta informatizada para gestão de auditorias;</li> <li>Disponibilização de ferramenta pelo CSJT.</li> </ul> |

## 5. ÁREAS E TEMAS AUDITÁVEIS

Considerando o levantamento dos riscos associados aos processos de trabalho, bem como os demais fatores envolvidos na elaboração deste PALP, apresenta-se no Anexo I o rol das áreas e temas auditáveis a serem considerados como objetos de auditoria no período de 2022 a 2025, classificados segundo o grau de risco obtido no referido levantamento.

Como critério para seleção de objetos de auditoria foram considerados os processos de trabalho que obtiveram grau de risco “alto” e “médio” após a aplicação da metodologia descrita no item 3.7 deste PALP.

Ressalta-se que o mencionado rol possui caráter diretivo e poderá ser revisado sempre que ocorrerem mudanças nos cenários interno e externo com impacto nas variáveis consideradas neste plano.

Campo Grande, MS, 3 de dezembro de 2021.

SELZO MOREIRA  
FERNANDES:2895800  
5800

Assinado de forma digital  
por SELZO MOREIRA  
FERNANDES:2895800  
Dados: 2021.12.03  
10:54:27 -04'00'

Selzo Moreira Fernandes  
Secretário de Auditoria Interna

JOAO CARLOS  
VALENTE:30824383  
24383

Assinado de forma  
digital por JOAO  
CARLOS  
VALENTE:30824383  
Dados: 2021.12.03  
10:49:29 -04'00'

João Carlos Valente  
Chefe do Núcleo de Auditoria

## ANEXO I – ÁREAS E TEMAS AUDITÁVEIS

| ÁREA                | PROCESSOS DE TRABALHO                                                                                                                                                 | RISCO |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| ADMINISTRAÇÃO GERAL | Comunicação com a sociedade                                                                                                                                           | 5,00  |
|                     | Gestão de material permanente e de consumo                                                                                                                            | 5,00  |
|                     | Governança, gestão de riscos e controle interno                                                                                                                       | 5,00  |
|                     | Elaboração do plano estratégico, desdobramento da estratégia, execução, acompanhamento, avaliação e revisão do plano, conhecimento estatístico da atividade judicante | 3,75  |
|                     | Planejamento e aquisição de bens permanentes e de consumo (inclui suprimento de fundos)                                                                               | 2,50  |
|                     | Planejamento, contratação e gestão de contratos de serviços (inclui manutenção predial)                                                                               | 2,50  |
|                     | Planejamento e contratação de obras: construção ou reforma                                                                                                            | 2,50  |
|                     | Gestão do patrimônio imobiliário                                                                                                                                      | 2,50  |
|                     | Gestão de segurança institucional                                                                                                                                     | 2,50  |
|                     | Administração orçamentária e financeira e gestão contábil                                                                                                             | 2,50  |
|                     | Comunicação interna (inclui gestão de políticas e normativos institucionais)                                                                                          | 2,50  |
|                     | Gestão da sustentabilidade e acessibilidade                                                                                                                           | 2,50  |

| ÁREA              | PROCESSOS DE TRABALHO                                                                                                                                                                        | RISCO |
|-------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| GESTÃO DE PESSOAS | Gestão por competências e programas de qualidade de vida                                                                                                                                     | 5,00  |
|                   | Pagamento de vencimentos, incorporações, GAI, GAE, GAS, VP Localidade                                                                                                                        | 5,00  |
|                   | Gestão de aposentadorias e pensões                                                                                                                                                           | 5,00  |
|                   | Gestão do Plano de Saúde e gestão dos processos em que atua o Gabinete de Saúde                                                                                                              | 5,00  |
|                   | Averbação de Tempo de Serviço                                                                                                                                                                | 5,00  |
|                   | Solicitação de cessão de servidor ou empregado público e cessão de servidor do TRT para outro órgão                                                                                          | 4,00  |
|                   | Consignações em Folha de Pagamento, incluindo PSSS, IRPF e Funpresp                                                                                                                          | 4,00  |
|                   | Concessão de Ajuda de custo, diárias, auxílio-moradia, indenização de transporte (Oficiais de Justiça), Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, folgas indenizadas (recesso, plantão) | 4,00  |
|                   | Concessão de abono de permanência                                                                                                                                                            | 4,00  |
|                   | Seleção e gestão de estagiários                                                                                                                                                              | 3,00  |
|                   | Pagamento de gratificação natalina                                                                                                                                                           | 3,00  |
|                   | Processo de movimentação de servidores e magistrados (remoção, redistribuição e exercício provisório)                                                                                        | 3,00  |
|                   | Processo de progressão/promoção funcional de magistrados e servidores (inclui avaliação de desempenho)                                                                                       | 3,00  |
|                   | Acumulação de cargos públicos                                                                                                                                                                | 3,00  |
|                   | Sindicância e Processo administrativo disciplinar                                                                                                                                            | 3,00  |
|                   | Gestão da frequência (jornada, ponto, teletrabalho e produtividade)                                                                                                                          | 3,00  |

| ÁREA                     | PROCESSOS DE TRABALHO                                                                    | RISCO |
|--------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | Contratação de Soluções de TIC (inclui Gestão de material permanente de TIC e softwares) | 5,00  |
|                          | Segurança da Informação                                                                  | 5,00  |
|                          | Incidentes                                                                               | 5,00  |
|                          | Planejamento Estratégico TIC                                                             | 5,00  |
|                          | Plano Diretor de TIC                                                                     | 5,00  |
|                          | Capacitação de TIC                                                                       | 5,00  |
|                          | Riscos de TIC                                                                            | 5,00  |
|                          | Incidentes de Segurança da Informação                                                    | 5,00  |
|                          | Continuidade de Negócios                                                                 | 5,00  |
|                          | Microinformática                                                                         | 5,00  |
|                          | Portfólio                                                                                | 4,00  |
|                          | Projetos                                                                                 | 4,00  |
|                          | Software                                                                                 | 4,00  |
|                          | Requisições de serviços                                                                  | 4,00  |